

RESENHA

BIBLIOTECAS: ordenar para desordenar

LIBRARIES: order to disorder

BIBLIOTECAS: orden para trastorno

Tiago Eloy Zaidan¹ (eloyzaidan@gmail.com)

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 262 p.

Resumo

O presente trabalho se propõe a apresentar, por meio de uma resenha crítica, a obra *Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*, do pesquisador das ciências da Informação Luiz Milanesi. O livro consiste em um clássico da biblioteconomia e redonda do doutorado do autor. *Ordenar para desordenar* foca-se nas bibliotecas públicas, embora traga contribuições para os campos da educação e da sociologia. Embora a obra tenha sido publicada originalmente em 1986 (a segunda edição é de 1989), as questões abordadas se mantêm atuais, a despeito dos avanços significativos e dos esforços para se ampliar o acesso aos livros.

Palavras-chave: Biblioteconomia, Educação, Sociologia, Biblioteca Pública, Fomento à leitura.

Abstract

The present paper intends to present, through a critical review, the book “Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas”, of the Library scientist Luiz Milanesi. The book consists of a classic of librarianship and redonda of the author's doctorate. “Ordenar para desordenar” focuses on public libraries, although it does bring contributions to the fields of education and sociology. The book was originally published in 1986. The second edition is from 1989. The issues covered remain current despite advances and efforts to expand access to books.

Keywords: Librarianship, Education, Sociology, Public Library, Promotion of reading.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar, a través de una reseña crítica, el libro “Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas”, del biblioteconomista Luiz Milanesi. El libro consta de un clásico de la biblioteconomía y fue escrito en doctorado del autor. “Ordenar para desordenar” se centra en las bibliotecas públicas, al tiempo que proporciona contribuciones a cursos de educación y sociología. El libro fue publicado originalmente en 1986. La segunda edición es de 1989. Los temas tratados siguen siendo actuales pesar de los avances y esfuerzos para ampliar el acceso a los libros.

Palabras clave: Biblioteconomía, Educación, Sociología, Biblioteca pública, Fomento a la lectura.

As primeiras bibliotecas brasileiras nasceram sob a égide dos jesuítas, e eram pragmaticamente voltadas para as missões religiosas (MILANESI, 1989, p.65). Privadas e com a temática do acervo limitada – basicamente obras doutrinárias e apostólicas – tal estrutura, já deficiente, sofreu um duro golpe em 1759 com a perseguição do Marquês Pombal (1699-1782) aos jesuítas (MILANESI, 1989, p. 66-67).

Biblioteca aberta ao público e com acervo disponível para empréstimo domiciliar só veio surgir na Bahia em 1811, fruto da iniciativa de um rico senhor de engenho, Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco. A biblioteca pioneira no país concretizou uma proposta inovadora, não se sujeitou à censura proposta pelo *Index* e se propôs a abrigar em seu acervo não apenas livros, como, ainda, outras obras, a exemplo de revistas. A sobrevivência do espaço, no entanto, se deu de forma penosa. Sem ajuda do poder público, valeu-se de doações e, até mesmo, de loterias (MILANESI, 1989, p. 70-71).

Por outro lado, em 1825, o Brasil pode comemorar, depois de tratado com Portugal, a incorporação da vistosa coleção de livros trazida com a tumultuada transferência da corte para o Rio de Janeiro. Originou-se daí a seminal Biblioteca Imperial e Pública, a qual, atualmente, atende pelo nome de Biblioteca Nacional (MILANESI, 1989, p.72).

Passados bem mais de um século, o cenário das bibliotecas na terra do Cruzeiro do Sul, historicamente iletrado, ainda é desafiador, conforme desvela o clássico da biblioteconomia *Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*, do pesquisador das ciências da Informação Luiz Milanesi. A obra redonda do doutorado do autor, o qual publicou também *O paraíso via Embratel* (fruto da dissertação de mestrado) e o opúsculo *O que é biblioteca?*, lançado no seio da coleção Primeiros Passos, da editoria Brasiliense, popularíssima entre os estudantes universitários brasileiros.

Ordenar para desordenar trata-se, sem dúvida, de uma obra sobre biblioteca pública. Contudo, poderia também ser classificado no campo da educação ou da sociologia. Uma constatação basal que permeia o estudo é o fato de que as bibliotecas no país costumam ser um “apêndice piorado” das escolas, as quais, por sua vez, já são deficientes (MILANESI, 1989, p. 27). Ao voltar-se para a demanda estudantil, as bibliotecas se afastaram dos demais públicos potenciais, inclusive na composição de seus acervos, marcadamente combinado por enciclopédias e tomos destinados à pesquisa escolar. Por fim, chegou-se ao ponto em que “um adulto na biblioteca pública corre o risco de sentir-se invasor de uma área infantil” (MILANESI, 1989, p. 107).

Apesar de voltarem-se ao público escolar, as bibliotecas, porém, passam longe de seduzir os estudantes, os quais acorrem aos espaços com o apressado objetivo de se desincumbirem de missões outorgadas pelos professores. Não é por acaso, portanto, que as enciclopédias tenham, por longa data, ocupado o posto das vedetes das salas de leitura. Com seus verbetes sistematizados, supostamente trazendo exatamente aquilo que o professor quer ler, as

enciclopédias configuram-se como o emblema da objetividade desejada pelos discentes ao ingressarem em um ambiente penoso como o são as bibliotecas escolares. Como fonte única, sem contradição de discursos e, conseqüentemente, sem provocar a necessidade de tomar qualquer decisão frente à informação a ser copiada, o verbete de enciclopédia resume, na mente do estudante “pesquisador”, toda uma biblioteca (MILANESI, 1989, p. 145). Afora estes volumes, e aqueles efetivamente adotados pelo docente – visivelmente gastos pelo manuseio dos usuários da biblioteca –, todo o resto do acervo corre o risco de se manter imaculado em sua virgindade pela evidente falta de uso (MILANESI, 1989, p. 146).

Panorama não tão diferente pode ser percebido em algumas bibliotecas universitárias, onde os alunos substituem o acervo por trechos xerocados de livros adotados pelo professor (MILANESI, 1989, p. 152). A consulta à biblioteca é substituída pela visita à barraca de reprografia.

Se mesmo como fonte de pesquisa as bibliotecas são subutilizadas, ainda menos usual é a visita a tais espaços por prazer. O passeio descompromissado, aliás, não é sugerido no contexto de uma visita às bibliotecas, as quais, antes, são relacionadas à obrigação, ou pior, a sacrifício. Alguns professores, inclusive, atalham a construção dessa percepção negativa na mente dos alunos ao, efetivamente, transformarem a biblioteca no local de castigo, numa espécie de masmorra escolar, para onde se destinam os discentes indisciplinados (MILANESI, 1989, p. 97).

A isso se somam as óbvias deficiências estruturais. Os prédios que abrigam os acervos, não raro, são adaptações mal enjambradas de estações ferroviárias, cadeias velhas etc. Em poucos casos o edifício é originalmente projetado para ser uma biblioteca (MILANESI, 1989, p. 112). Por outro lado, a falta de acesso direto dos usuários ao acervo é um entrave de grande monta ao manuseio das obras. Ao separar o acervo dos leitores, por meio de um balcão e um catálogo, a biblioteca acaba incentivando a objetividade e a retirada de livros previamente adotados. Ao contrário, acessando a estante, o leitor pode ainda consultar, além da obra de interesse, “(...) aquelas que, por afinidade temática, estivessem próximas” (MILANESI, 1989, p. 112), favorecendo o consumo de discursos potencialmente dissonantes, uma vez que foram escritos por autores diferentes.

Aliás, dois dos principais atributos das bibliotecas – os quais estão relacionados – são:

- a. O fato de que, enquanto modalidade de informação, a biblioteca permite que o público faça as suas escolhas, diante de uma gama de opções disponíveis; não se caracterizando os usuários, portanto, como receptores passivos (MILANESI, 1989, p. 171), como o são aqueles os quais consomem informações através de mídias monológicas, como o é a televisão;
- b. O fato de que, ao disponibilizar um acervo diversificado, a biblioteca traz, potencialmente, “(...) as contradições dos discursos opostos. Um leitor, logo após passar por um texto com

um determinado conteúdo, poderá imediatamente entrar em contato com um outro que será a oposição ao precedente” (MILANESI, 1989, p. 255).

Uma biblioteca, ao trazer fontes diversas, as quais se contradigam, contribuem para desordenar qualquer suposta ordem, especialmente as dominantes. Ao contrário, os meios de comunicação de massa tendem a reprodução de discursos livres de contradição, ou seja, em um caminho único o qual, tal como o verbete de uma enciclopédia, tende a ser adotado pelo receptor como um discurso objetivo e uno. A recepção de informações pelas vias de uma biblioteca é mais complexa e ativa, pois exige a avaliação do leitor, frente aos diversos caminhos apontados (MILANESI, 1989, p. 25). A análise de um governo, por exemplo, será díspar a depender do matiz ideológico do analista-escritor, se conservador ou progressista, se monetarista ou keynesiano.

Ao ordenar o acervo de uma biblioteca, o cientista da informação facilitará a consulta aos diferentes pontos de vista sobre os diferentes assuntos, permitindo aos leitores uma compreensão dialética, múltipla, essencialmente desordenadora ao quebrar a lógica do discurso único, a qual só favorece a determinada ordem social. “É preciso desordenar o discurso (com o auxílio das informações ordenadas) para desordenar o poder. É preciso ordenar as informações para ordenar um novo discurso e um novo poder. E assim sucessivamente” (MILANESI, 1989, p. 258). Por isso o título da obra: *Ordenar para desordenar*.

E na missão desordenadora, as bibliotecas levam outra vantagem com relação aos meios de comunicação: em tempo de exceção, as restrições às bibliotecas costumam ser isoladas e menos duras que as impostas a outras modalidades de informação. A despeito da censura e do cerceamento aos livros – marcadamente observados no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945) e o Regime Militar (1964-1985) (MILANESI, 1989, p. 41) –, as obras que já constam nos acervos tendem a não ser exprobradas; apesar do receio do bibliotecário ao patrulhamento ideológico e à repressão inerente às ditaduras, o que muitas vezes leva à autocensura (MILANESI, 1989, p. 191).

Com o Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968, os acervos passaram a ser motivo de preocupação, justo pelas contradições que poderiam despertar. Tais inquietações oficiais, no entanto, eram atenuadas pela notável precariedade das bibliotecas, as quais – geridas pelo mesmo governo de exceção – eram censuradas pela própria ineficiência, no contexto de uma sociedade distinguida pelo analfabetismo (MILANESI, 1989, p. 192) e pela expatriação de intelectuais.

Embora a obra *Ordenar para desordenar* tenha sido publicada originalmente em 1986 (a segunda edição é de 1989), as questões abordadas se mantêm atuais, a despeito dos avanços significativos, inclusive no âmbito do poder público, e dos esforços para ampliar o acesso aos livros.

Na esfera municipal, possivelmente, os traços de anacronismo são mais perceptíveis. Dados do 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, apurados pela Fundação

Getúlio Vargas (FGV) para o Ministério da Cultura, divulgados em 2010, apontavam que, dos 5.565 municípios brasileiros, 1.152 não possuíam bibliotecas municipais. Mesmo quando há biblioteca municipal em funcionamento, limitações significativas são impostas aos usuários. O horário de funcionamento certamente consiste em um dos entraves ao acesso. Somente 24% dos espaços funcionavam à noite; 12% abriam as suas portas aos sábados; e apenas 1% estava disponível aos usuários aos domingos (BORGES, 2010a). Ainda mais difícil é a situação dos usuários portadores de necessidades especiais, como os deficientes visuais. Apenas 9% das bibliotecas públicas municipais possuíam em seu acervo audiolivros ou livros em braile, relegando, assim, um segmento do *target* à marginalização (BORGES, 2010b).

Ainda segundo a pesquisa da FGV, entre os espaços existentes, a média de volumes no acervo variava de 2 mil a 5 mil volumes; 36% dos espaços com mais de 10 mil volumes estavam concentradas na região sudeste (BORGES, 2010a).

Com relação ao número de livros nos acervos, Milanesi lembra que a quantidade nem sempre caminha *pari passu* com a qualidade. Muitos dos livros nas estantes nunca são demandados pelos usuários, “[...] quer pela falta de adequação ao público (tema ou nível de abordagem), quer pela desatualização ou condição material precária” (MILANESI, 1989, p. 115). Nesse bolo encontram-se os livros obtidos por meio de doações, quase sempre meros descartes obsoletos, os quais pouco contribuem para a formação de leitores, e quase nunca consonantes com o interesse do público (MILANESI, 1989, p.115). A compatibilidade entre o acervo e o público é imprescindível para dar sentido ao espaço enquanto um centro de informação (MILANESI, 1989, p.188). O público, entretanto, não é composto apenas por estudantes. Por isso, ao lado das enciclopédias deve haver outras possibilidades de informação, com vistas a contemplar outros segmentos (MILANESI, 1989, p. 195).

O autor propugna, ainda, um conceito de biblioteca que dista da mera coleção de livros. Antes de se restringir à organização de impressos, a biblioteca deve-se assumir como organizadora de informação (MILANESI, 1989, p.12). Note que o livro foi publicado antes da explosão dos computadores. Outros suportes, especialmente os mais recentes, não podem ser ilustres ausentes (MILANESI, 1989, p. 188-189; 180-181). Aliás, são estes suportes que possibilitarão a inclusão dos analfabetos enquanto públicos da biblioteca; especialmente as gravações de áudio e vídeo. Do contrário, havendo somente livros, tais espaços serão hostis aos iletrados (MILANESI, 1989, p.183), os quais, afinal de contas, compõem uma parcela não desprezível da população.

Segundo o artífice de *Ordenar para desordenar*, “Não se trata de estabelecer quais leituras são mais importantes: a das letras, dos sons ou das imagens. Mas sim de entendê-las como auxiliares mútuas na tarefa mais ampla e essencial que é a leitura do mundo (...)” (MILANESI, 1989, p. 183).

Não lida para não afugentar o cidadão comum, não muito acostumado com as lombadas enfileiradas de livros, vale até conversar dentro da biblioteca. Explica-se: a propagação de proibições, como as placas de “silêncio!”, pressupõe um arcabouço de regras, o qual seria compartilhado por iniciados. O ideal é que as bibliotecas possuam mais de um espaço, os quais contemplem não apenas o leitor que necessita de concentração (um ambiente silencioso), mas, ainda, um que corrobore para tornar o centro cultural um “espaço de convivência”, o qual não combina com o silêncio incondicional (MILANESI, 1989, p. 225-226).

Pouco ortodoxo, Milanesi chega ao ponto de sugerir até mesmo um bar no espaço da biblioteca. “Não há notícia de nenhuma biblioteca pública brasileira que tenha um bar, mas no momento em que elas forem efetivamente centros de informação e convivência, não há dúvida que ele virá e reforçando essas funções” (MILANESI, 1989, p. 248).

Referências

BORGES, Priscilla. Mais de mil municípios estão sem biblioteca pública. **Último Segundo**, 30 abr. 2010(a). Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/mais-de-mil-municipios-estao-sem-biblioteca-publica/n1237601002057.html>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

BORGES, Priscilla. Bibliotecas municipais não atendem deficientes. **Último Segundo**, 30 abr. 2010(b). Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/bibliotecas+municipais+nao+atendem+deficientes/n1237601667300.html>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

Recebido em 03/12/2016

Aceito em 06/04/2017